



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Diretoria De Benefícios  
Coordenação-Geral De Pagamentos e Gestão De Serviços Previdenciários  
Coordenação De Pagamentos e Gestão De Benefícios  
Divisão De Consignações em Benefícios

**TERMO DE ENCERRAMENTO DE TRÂMITE FÍSICO**

Processo nº 35014.255958/2020-13

Interessado: Banco BMG S/A, PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE COMARCA DE PAU DOS FERROS, FRANCISCA IRIS

1. O processo em epígrafe foi devidamente convertido do suporte físico para eletrônico no SEI, em conformidade com o disposto na Portaria Conjunta nº 1 /DGPA/DTI/INSS, de 21 de outubro de 2019, mantendo o mesmo número do processo físico (NUP) e mesmo interessado.
2. Fica encerrada a tramitação do processo em suporte físico, sendo vedada qualquer juntada física de novos documentos, para, a partir de então, ter continuidade de sua instrução e tramitação somente por meio do SEI.
3. Para fins de registro, o processo originalmente em suporte físico era composto de:
  - 3.1. Folhas: 04
  - 3.2. Volumes: 1
  - 3.3. Mídias: 0
4. O processo eletrônico resultante da presente conversão ficou composto da seguinte forma:
  - 4.1. Volume de Processo: 1
  - 4.2. Apartado Sigiloso: 0
  - 4.3. Conteúdo de Mídia: 0
5. Unidade responsável pela conversão: DCBEN
6. O presente termo deverá ser impresso, numerado e inserido como última página no processo físico, o qual não poderá mais receber novos documentos.
7. A conclusão do procedimento de conversão se deu na data de assinatura do presente Termo.



Documento assinado eletronicamente por **KARINA VIANA DE FREITAS, Chefe de Divisão**, em 05/10/2020, às 22:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site



[https://sei.inss.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1819232** e o código CRC **04FAE2AF**.

---

Referência: Processo nº 35014.255958/2020-13

SEI nº 1819232



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
COMARCA DE PAU DOS FERROS  
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DE FAZENDA PÚBLICA  
*Av. Senador Dinarte Mariz n.º 570 – Pau dos Ferros/RN – Fone: (84) 3351-3975, e-mail: pfrjespcc@tjrn.jus.br*

Ofício nº 758/2019

Pau dos Ferros/RN, 15 de outubro de 2019.

**Processo n.º 0800887-57.2019.8.20.5108**  
**Promovente: FRANCISCA IRIS DA SILVA**  
**Promovido: BANCO BMG SA**

Prezado(a) Senhor(a),

Venho, por meio deste, intimar Vossa Senhoria para tomar ciência da decisão proferida nos autos do processo supramencionado, tendo como parte promovente **FRANCISCA IRIS DA SILVA - CPF: 025.459.954-01**, benefício nº 144.031.193-2, e parte promovida BANCO BMG S/A, bem como para adotar as medidas administrativas que entender cabíveis afim de identificar eventuais falhas no sistema do banco demandado no que diz respeito à contratação de empréstimos consignados sem a observância das cautelas estabelecidas na Instrução Normativa do INSS n. 28/2008, conforme recomenda o art. 52. Segue anexa cópia da sentença proferida.

Sem mais para o momento, apresento protestos de estima e elevado apreço.

Atenciosamente,

**WILLIAN SILVA DE SOUZA**  
*Chefe de Secretaria*  
De Ordem do MM Juiz de Direito

**A(o) Ilmo(a). Senhor(a)**  
**Diretor(a) da DIRETORIA DE BENEFÍCIOS - DIRBEN / INSS**  
**Setor de Autarquias Sul, Quadra 02, Bloco O, 8º andar, Brasília/DF**  
**CEP 70070-946**  
**e-mail: dirben@inss.gov.br**

RECEBEMOS EM 05/11/19



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Juizado Especial Cível da Comarca de Pau dos Ferros

Av. Senador Dinarte Mariz, 570, São Benedito, PAU DOS FERROS - RN - CEP: 59900-000

Processo: 0800887-57.2019.8.20.5108

AUTOR: FRANCISCA IRIS DA SILVA

RÉU: BANCO BMG S/A

**PROJETO DE SENTENÇA**

Vistos etc.

Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei nº 9.099/95.

Fundamento. Decido.

Em relação a preliminar de incompetência do Juizado Especial em face da necessidade de prova pericial, verifico que resta impossibilitada a realização do referido meio de prova, posto que sequer fora juntado aos autos o instrumento contratual correlato, razão pela qual rejeito a preliminar suscitada.

Não há outras preliminares ou questões processuais para analisar.

Destaque-se que encontra-se consubstanciada a hipótese de julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, I, do CPC, pois o deslinde da causa independe da produção de provas em audiência, havendo, ademais, possibilidade do julgamento do processo no estado em que se encontra.

Outrossim, entendo serem plenamente aplicáveis as regras do Código de Defesa do Consumidor, eis que patente uma relação de consumo que vincula as partes, trazendo à inteligência dos arts. 2º e 3º, da Lei nº 8.078/90. Ademais, impende consignar que a relação entre as instituições financeiras e seus clientes enquadra-se no conceito legal de relação consumerista, conforme, aliás, orientação consolidada na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (ADI 2591, Relator Ministro EROS GRAU) e do Superior Tribunal de Justiça (Súmula 279). E por constatar a hipossuficiência da consumidora no que tange à produção de provas, é que fora decretada a inversão do ônus da prova, com escopo no art. 6º, VIII, do CDC, conforme a decisão de ID. n.º 41175527.

O objeto principal da presente ação gira em torno do fato da parte autora alegar que

estaria sofrendo descontos mensais, supostamente indevidos, na conta em que recebe seu benefício previdenciário, em razão de reserva de margem para contrato de cartão de crédito de n.º 12077419, que nega ter celebrado, conforme o histórico de consignações de ID. n.º. 41166693.

Em sede de contestação, o banco explica como funciona a modalidade de empréstimo de cartão de crédito consignado, afirmando ainda que houve a regular contratação do empréstimo questionado na demanda.

Contudo, verifico que o contrato trazido no ID. n.º. 42574860, não comprova a contratação entre as partes, já que o número que consta no documento é diverso daquele que foi questionado pela parte autora na inicial.

Além disso, ainda que o contrato juntado no ID n.º 42574860 fosse aquele objeto da inicial, este padeceria de incontornável vício legal, eis que diante da condição de analfabeta da autora, conforme vislumbra-se dos autos, referido contrato necessariamente teria que ser feito mediante escritura pública ou, se por escrito particular, através de procurador constituído, forma solene que visa resguardar seus interesses (art. 37, §1º da Lei 6.015/73 c/c art. 104, III, e art. 166, IV e art. 595 do Código Civil), o que não se observou no caso, sendo nesse sentido que vem decidindo o próprio TJRN (AC 2017.002840-2, *Terceira Câmara Cível, Relator Des. AMAURY MOURA SOBRINHO, DJe 25/06/2018; Apelação Cível n° 2018.000534-2. 3ª Câmara Cível. Relator: Desembargador João Rebouças. Julgado em 19/03/2018*). Sendo assim, é forçoso concluir que o analfabeto não pode celebrar contrato particular com a aposição de impressão digital, pois não é meio válido como assinatura, mesmo que venha acompanhado de assinatura a rogo e de testemunhas.

De qualquer sorte, não provada a celebração do contrato de empréstimo mediante cartão de crédito consignado, deve a parte demandada suportar os efeitos do ônus da prova:

**EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E PEDIDO LIMINAR. DIREITO DO CONSUMIDOR. BANCO. PENSIONISTA. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. DESCONTO AUTOMÁTICO NOS PROVENTOS. AUSÊNCIA DE CONTRATO. DESCONTOS INDEVIDOS. SENTENÇA QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. CONTRATAÇÃO NÃO COMPROVADA. TED NÃO APRESENTADO. ATO ILÍCITO EVIDENCIADO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESTITUIÇÃO DETERMINADA. DANO MORAL CONFIGURADO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE FATO MODIFICATIVO OU EXTINTIVO DO DIREITO DO AUTOR. INTELIGÊNCIA DO DISPOSTO NO ART. 373, II DO CPC. RECURSO. PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO (0010947-76.2017.8.20.0102, Rel. Gab. da Juíza Ana Carolina Maranhão de Melo, RECURSO INOMINADO, Primeira Turma Recursal, juntado em 03/09/2018).**

**EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS. BANCO. RELAÇÃO DE CONSUMO. SEGURO NÃO CONTRATADO. DESCONTOS INDEVIDOS NOS PROVENTOS DO AUTOR. SENTENÇA QUE JULGOU PROCEDENTE O**



PLEITO AUTORAL. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. SERVIÇO NÃO CONTRATADO. CONTRATO NÃO APRESENTADO NOS AUTOS. DANO MORAL IN RE IPSA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE FATO MODIFICATIVO OU EXTINTIVO DO DIREITO DO AUTOR. INTELIGÊNCIA DO DISPOSTO NO ART. 373, II DO NCPC. RECURSO. PLEITO PARA MAJORAÇÃO DO VALOR FIXADO PARA REPARAR OS DANOS MORAIS SUPOSTADOS. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. (0802258-67.2016.8.20.5106, Rel. Gab. da Juíza Ana Carolina Maranhão de Melo, RECURSO INOMINADO, Primeira Turma Recursal, juntado em 12/06/2017).

Dessa forma, com base nas razões acima e na Lei n. 10.820/2003, nos arts. 104, 166, IV e 169, todos do Código Civil e na Instrução Normativa do INSS n. 28/2008, é de rigor a declaração de nulidade do contrato ora questionado.

Ademais, em que pese devida a restituição das parcelas indevidamente descontadas em favor da autora, não há que se falar em devolução em dobro com fundamento no art. 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor, visto que ausente a demonstração de má-fé do contratante, na esteira do entendimento do STJ (*Agravo regimental em recurso especial: AgRg no AREsp 225393 RJ 2012/0186878-9, Quarta Turma, Rel. Min. Maria Isabel Gallotti, DJ.: 23/04/2013, DP.: 07/05/2013*).

No caso posto, o dever da demandada indenizar a parte autora repousa na prática de ato ilícito (art. 927 c/c art.186 do CC) consistente em realizar empréstimo mediante cartão de crédito consignado vinculado à aposentadoria do consumidor sem a observância das normas aplicáveis ao contrato em espécie.

A jurisprudência perfilha o entendimento no sentido da configuração do dano moral decorrente de empréstimo realizado de forma fraudulenta. Ilustrativamente, cito os seguintes precedentes:

DIREITO CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. CABIMENTO. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO. INEXISTÊNCIA. DESCONTOS INDEVIDOS DA CONTA CORRENTE. VALOR FIXADO. MINORAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. 1. Como a formalização do suposto contrato de empréstimo consignado em folha de pagamento não foi demonstrada, a realização de descontos mensais indevidos, sob o pretexto de que essas quantias seriam referentes às parcelas do valor emprestado, dá ensejo à condenação por dano moral. 2. Esta Corte Superior somente deve intervir para diminuir o valor arbitrado a título de danos morais quando se evidenciar manifesto excesso do quantum, o que não ocorre na espécie. Precedentes. 3. Recurso especial não provido. (REsp 1238935/RN, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/04/2011, DJe 28/04/2011).

EMENTA: RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DESCONTOS INDEVIDOS EM APOSENTADORIA. FRAUDE NA CONTRATAÇÃO. ERRO GROSSEIRO NA ASSINATURA APOSTA NOS CONTRATOS. RUBRICA EM TOTAL DISPARIDADE COM A

ASSINATURA CONSTANTE NA PÁGINA FINAL DO CONTRATO. EVENTO FRAUDE INCONTESTE. DESNECESSIDADE DE PERÍCIA GRAFOTÉCNICA. DANO MATERIAL E MORAL CONFIGURADO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. DANO MORAL ARBITRADO EM R\$ 3.000,00. ATENDIMENTO AS DUAS FINALIDADES, COMPENSATÓRIA E PUNITIVA. AUTORA PESSOA IDOSA. PRIVAÇÃO DE RENDA DE CARÁTER ALIMENTAR. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. PRIORIDADE DE TRAMITAÇÃO NOS TERMOS DO ESTATUTO DO IDOSO. (0807115-93.2015.8.20.5106, Rel. Gab. do Juiz Valdir Flávio Lobo Maia, RECURSO INOMINADO, Primeira Turma Recursal, juntado em 29/04/2016).

Com base nas circunstâncias supra e levando em consideração o ato ilícito praticado contra a parte autora consistente na realização de desconto indevido no benefício previdenciário, recurso mínimo para a subsistência da autora, o potencial econômico do ofensor (reconhecida instituição financeira), o caráter punitivo-compensatório da indenização e os parâmetros adotados em casos semelhantes pelos tribunais, concluo que o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) é justo e razoável, sendo suficiente para compensar a parte autora pelo dano efetivamente suportado, afastado o enriquecimento sem causa, bem como para desestimular que a parte requerida reitere na conduta ilícita.

*Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE* os pleitos autorais para o fim de, nos termos do art. 487, I, do CPC:

**a) DECLARAR** a nulidade do contrato de empréstimo mediante cartão de consignado de nº. **12077419**, vinculado ao benefício previdenciário da parte demandante (**NB. 144.031.193-2**);

**b) CONDENAR o BANCO BMG S/A**, a restituir na forma simples todos os valores que houver indevidamente descontado do benefício da parte autora (**NB. 144.031.193-2**) relativos ao contrato ora declarado nulo (nº. **12077419**), devendo tal quantia ser corrigida monetariamente pelo INPC a partir da data de cada desconto (Súmula 43 - STJ) e acrescida de juros de 1% ao mês, a contar da citação;

**c) CONDENAR o BANCO BMG S/A**, a pagar à parte autora, a título de indenização por danos morais, o montante de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), acrescido de correção monetária pelo INPC a contar desta data (Súmula 362 - STJ) e de juros legais de 1% (um por cento) ao mês a incidir desde a citação;

**d) INDEFIRO** o pedido contraposto, haja vista que sequer restou comprovado a contratação do empréstimo ora questionado nos autos.

Oficie-se a Agência da Previdência Social do INSS desta Comarca DETERMINANDO a imediata exclusão de cobrança de parcelas consignadas no benefício da parte autora (**NB. 144.031.193-2**) relativa ao contrato ora declarado nulo (nº. **12077419**), nos termos do art. 44, §1º, da Instrução Normativa do INSS n. 28/2008.

Determino que seja oficiada a Diretoria de Benefícios – DIRBEN do INSS, através do e-mail [dirben@inss.gov.br](mailto:dirben@inss.gov.br), para tomar ciência da presente sentença, adotando as medidas

administrativas que entender cabíveis, conforme determina o art. 52 da Instrução Normativa do INSS n. 28/2008.

Sem custas e condenação em honorários advocatícios, nos termos dos arts. 54 e 55 da Lei n. 9.099/95.

Submeto, nos termos do art. 40 da Lei n. 9.099/95, o presente projeto de sentença para fins de homologação por parte do Juízo de Direito.

Após, publique-se, registre-se e intime-se.



**HANNA PINHEIRO DINIZ BEZERRA**

**Juíza Leiga**

### **HOMOLOGAÇÃO DA SENTENÇA**

Em seguida, pelo MM. Juiz de Direito foi proferida a seguinte **SENTENÇA**: "Nos termos do art. 40, da Lei n.º 9.099, de 1995, HOMOLOGO, por sentença, o projeto de sentença elaborado pelo Juiz Leigo, para que surta seus efeitos legais".

Havendo apresentação de recurso, deve a secretaria certificar a tempestividade e o preparo (salvo gratuidade deferida nos autos) e intimar a parte recorrida para apresentar contrarrazões no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o prazo, remetam-se os autos a uma das egrégias Turmas Recursais. Por outro lado, sendo o recurso deserto e/ou intempestivo, voltem-me os autos conclusos independentemente de intimação da parte contrária para apresentar contrarrazões.

Cientifique-se a parte demandada que, havendo solicitação da parte autora, caso não realize o pagamento voluntário em 15 (quinze) dias, contados a da intimação para pagamento, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do art. 52, caput, IV da Lei 9.099/95 c/c art. 523, §1º do CPC.

Fica a parte vencedora ciente de que, transitada em julgado a presente sentença, deverá requerer o cumprimento no prazo de 30 (trinta) dias. Após 30 (trinta) dias do trânsito em julgado sem manifestação da parte autora, archive-se, com baixa.

Fica parte autora ciente ainda de que, caso requeira o cumprimento da sentença, deverá proceder por meio de simples requerimento nos autos, o qual deverá conter: nome completo e número do CPF da parte autora; nome completo e número do CNPJ/CPF da parte demandada; índice de correção monetária e taxa de juros de mora adotados nesta sentença; termo inicial e termo final da correção monetária e dos juros utilizados; e demais exigências do art. 534 do novo CPC, respeitadas as disposições especiais do art. 52 da Lei n. 9.099/95.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

PAU DOS FERROS /RN, 01 de agosto de 2019.



**FLAVIO ROBERTO PESSOA DE MORAIS**  
**Juiz de Direito**



Assinado eletronicamente por: **FLAVIO ROBERTO PESSOA DE MORAIS**

**01/08/2019 06:57:33**

<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **46749806**



19080106573305300000045228903



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Diretoria De Benefícios  
Coordenação-Geral De Pagamentos e Gestão De Serviços Previdenciários  
Coordenação De Pagamentos e Gestão De Benefícios  
Divisão De Consignações em Benefícios

**DESPACHO**

**Divisão De Consignações em Benefícios, na data da assinatura eletrônica.**

**Ref.:** Processo nº 35014.255958/2020-13.

**Int.:** BANCO BMG S.A.

**A s s .:** Apuração de irregularidades -  
Processo SEI/INSS n.º 35014.398192/2021-41.

1. Visto.
2. De ordem do Coordenador-Geral de Pagamentos e Gestão de Serviços Previdenciários (CGPGSP), Sr. Sérgio Cheque Bernardo, procedeu-se a unificação dos processos em trâmite no SEI/INSS desta DCBEN para fins de apuração administrativa de possíveis irregularidades cometidas pelo Banco BMG S.A. no Processo Principal SEI/INSS n.º 35014.398192/2021-41, **conclui-se** o presente processo no estado em que se encontra dada a anexação ao Processo Principal, sem prejuízo do andamento do referido processo apuratório, à luz dos normativos em vigor que regem a operacionalização de empréstimos consignados de beneficiários do RGPS.

*assinado eletronicamente*

**MÁRCIO LEVY BARBOSA DOS SANTOS**

Técnico do Seguro Social

Servidor colaborando na Divisão de Consignações em Benefícios  
DCBEN/CPGB/CGPGSP/DIRBEN/INSS



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO LEVY BARBOSA DOS SANTOS, Técnico do Seguro Social**, em 08/11/2021, às 14:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
[https://sei.inss.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?)



[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](#), informando o código verificador 5468825 e o código CRC 8F8A860C.

---

**Referência:** Caso responda este Despacho, indicar expressamente o Processo nº 35014.255958/2020-13

SEI nº 5468825